

DOMENICO LOSURDO

A LUTA DE CLASSES
UMA HISTÓRIA POLÍTICA E FILOSÓFICA

Tradução
Silvia De Bernardinis

BOITEMPO
EDITORIAL

Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2015

Copyright © Gius. Laterza & Figli, 2013

Título original: *La lotta di classe. Una storia politica e filosofica*

Direção editorial Ivana Jinkings

Edição Isabella Marcatti

Coordenação de produção Livia Campos

Assistência editorial Thaisa Burani

Tradução Silvia De Bernardinis

Preparação Paula Nogueira

Revisão Thais Rimkus

Diagramação Antonio Kehl

Capa David Amiel

Equipe da Boitempo Editorial

Ana Yumi Kajiki, Artur Renzo, Bibiana Leme, Elaine Ramos, Fernanda Fantinel,
Francisco dos Santos, Ivam Oliveira, Kim Doria, Marlene Baptista, Maurício Barbosa,
Renato Soares e Thaís Barros

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

L89L

Losurdo, Domenico, 1941-

A luta de classes : uma história política e filosófica / Domenico Losurdo
; tradução Silvia de Bernardinis. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.

Tradução de: *La lotta di classe. Una storia politica e filosofica*

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-7559-438-4

1. Sociologia. 2. Política e governo. I. Título.

15-21486

CDD: 306

CDU: 316

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1^a edição: maio de 2015

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboarditempo | www.youtube.com/impressaboarditempo

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| NOTA DO AUTOR..... | 9 |
| INTRODUÇÃO. O RETORNO DA LUTA DE CLASSES? | 11 |
| I. AS DIFERENTES FORMAS DA LUTA DE CLASSES..... | 19 |
| 1. “LIBERTAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA” E “LIBERTAÇÃO NACIONAL” | 19 |
| 2. UMA DISTRAÇÃO DA LUTA DE CLASSES? | 23 |
| 3. “LUTAS DE CLASSES E NACIONAIS”: <i>GENUS E SPECIES</i> | 25 |
| 4. A CONDIÇÃO DA MULHER E A “PRIMEIRA OPRESSÃO DE CLASSE”..... | 29 |
| 5. AS LUTAS DE CLASSES DAS CLASSES EXPLORADORAS | 34 |
| 6. 1848-1849: UMA “LUTA DE CLASSES EM FORMAS POLÍTICAS COLOSSAIS” | 35 |
| 7. 1861-1865: UMA “CRUZADA DA PROPRIEDADE CONTRA O TRABALHO” | 39 |
| 8. A LUTA DE CLASSES E OUTROS PARADIGMAS | 43 |
| 9. A FORMAÇÃO DA TEORIA DA LUTA DE CLASSES..... | 48 |
| 10. LUTA DE CLASSES E LUTA IDEOLÓGICA..... | 52 |
| 11. DA RELIGIÃO AO “IDÍLIO BUCÓLICO” | 57 |
| 12. A “NATUREZA” ENTRE EVASÃO E LUTA DE CLASSES..... | 60 |
| 13. UMA TEORIA GERAL DO CONFLITO SOCIAL..... | 63 |
| II. UMA LUTA PROLONGADA E NÃO UM JOGO DE SOMA ZERO | 69 |
| 1. “NIVELAMENTO UNIVERSAL” OU “GRANDE DIVERGÊNCIA”? | 69 |
| 2. OBSOLESCÊNCIA DA GUERRA? | 74 |
| 3. UM CONFLITO ETERNO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS? | 77 |
| 4. PROLETARIADO, INTERESSE DE CLASSE E SUA TRANSCENDÊNCIA | 80 |
| 5. MARX “CONTRA” NIETZSCHE (E FOUCAULT) | 84 |
| III. LUTAS DE CLASSE E LUTAS PELO RECONHECIMENTO..... | 91 |
| 1. REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO? | 91 |
| 2. UM PEDIDO DISSEMINADO DE RECONHECIMENTO | 94 |
| 3. “HUMANISMO POSITIVO” E CRÍTICA DOS PROCESSOS DE REIFICAÇÃO | 97 |

| | |
|---|-----|
| 4. PARADIGMA DO CONTRATO E JUSTIFICATIVA DA ORDEM EXISTENTE..... | 104 |
| 5. AS INSUFICIÊNCIAS DO PARADIGMA JUSNATURALISTA | 109 |
| 6. HEGEL, MARX E O PARADIGMA DA LUTA PELO RECONHECIMENTO | 112 |
| 7. LUTA PELO RECONHECIMENTO E CONQUISTA DA AUTOESTIMA | 116 |
| 8. A LUTA PELO RECONHECIMENTO, DOS INDIVÍDUOS AOS POVOS..... | 117 |
| | |
| IV. A SUPERAÇÃO DA LÓGICA BINÁRIA. UM PROCESSO GRAVOSO E INACABADO..... | 121 |
| 1. AS MUTILAÇÕES DA LUTA DE CLASSES..... | 121 |
| 2. “SOCIALISMO IMPERIAL” | 124 |
| 3. “CLASSE CONTRA CLASSE” EM ESCALA PLANETÁRIA? | 127 |
| 4. LÓGICA BINÁRIA E “EVIDÊNCIA” DA EXPLORAÇÃO | 132 |
| 5. “LUTAS DE CLASSE” OU LUTA ENTRE “OPRESSORES E OPRIMIDOS”? | 135 |
| 6. EXPORTAR A REVOLUÇÃO? | 137 |
| | |
| V. MULTIPLICIDADE DAS LUTAS PELO RECONHECIMENTO E CONFLITO ENTRE LIBERDADES..... | 141 |
| 1. A HIERARQUIZAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES | 141 |
| 2. EMANCIPAÇÃO DOS ESCRAVOS E “GOVERNO DESPÓTICO” | 145 |
| 3. O CONFLITO DAS LIBERDADES NAS COLÔNIAS | 148 |
| 4. O INTERNACIONALISMO E SUAS FORMAS | 152 |
| 5. MOVIMENTO OPERÁRIO E “SOCIALISMO IMPERIAL” | 156 |
| | |
| VI. PASSAGEM A SUDESTE. QUESTÃO NACIONAL E LUTA DE CLASSES | 159 |
| 1. LENIN CRÍTICO DAS MUTILAÇÕES DA LUTA DE CLASSES | 159 |
| 2. <i>PSICOLOGIA DAS MULTIDÕES</i> DE LE BON E <i>QUE FAZER?</i> DE LENIN..... | 164 |
| 3. A “ENORME IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO NACIONAL” | 166 |
| 4. A BREVE ESTAÇÃO DA “GUERRA CIVIL INTERNACIONAL” | 171 |
| 5. “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES E POVOS OPRIMIDOS DO MUNDO INTEIRO, UNI-VOS!” | 175 |
| 6. O ORIENTE E A DUPLA LUTA PELO RECONHECIMENTO | 179 |
| 7. MAO E A “IDENTIDADE ENTRE LUTA NACIONAL E LUTA DE CLASSES” | 182 |
| 8. “LUTA DE RAÇAS” E LUTA DE CLASSES EM STALINGRADO | 185 |
| 9. UMA LUTA DE CLASSES ONIPRESENTE E IMPOSSÍVEL DE ENCONTRAR..... | 189 |
| 10. DO PARTIDO BOLCHEVIQUE MUNDIAL À DISSOLUÇÃO DA INTERNACIONAL..... | 192 |
| | |
| VII. LENIN 1919: “A LUTA DE CLASSES MUDOU SUA FORMA” | 197 |
| 1. LENIN, O OPERÁRIO BELGA E O CATÓLICO FRANCÊS | 197 |

| | |
|---|-----|
| 2. “ASCETISMO UNIVERSAL” E “RUDE IGUALITARISMO” | 199 |
| 3. “COLETIVISMO DA MISÉRIA, DO SOFRIMENTO” | 204 |
| 4. UMA INÉDITA LUTA DE CLASSES DO ALTO..... | 209 |
| 5. A LUTA DE CLASSES E AS DUAS DESIGUALDADES | 214 |
| 6. DESIGUALDADE QUANTITATIVA E QUALITATIVA | 220 |
| | |
| VIII. DEPOIS DA REVOLUÇÃO. AS AMBIGUIDADES DA LUTA DE CLASSES | 225 |
| 1. O ESPECTRO DA NOVA CLASSE | 225 |
| 2. CLASSES SOCIAIS E ESTRATOS POLÍTICOS..... | 228 |
| 3. CLASSE DOMINANTE E CLASSE DELEGADA | 234 |
| 4. “ESTADO”, “ADMINISTRAÇÃO” E “RESGATE” EM LENIN..... | 237 |
| 5. “EXPROPRIAÇÃO POLÍTICA” E “EXPROPRIAÇÃO ECONÔMICA” EM MAO | 240 |
| 6. A CONSCIÊNCIA DE CLASSE COMO “ESPÍRITO DE CISÃO” E COMO “CATARSE” | 243 |
| 7. ENTRE RÚSSIA E CHINA: A BURGUESIA COMO CLASSE EM SI E CLASSE PARA SI..... | 249 |
| | |
| IX. DEPOIS DA REVOLUÇÃO. À DESCOBERTA DOS LIMITES DA LUTA DE CLASSES | 255 |
| 1. ESPERANÇAS REVOLUCIONÁRIAS E IDEALISMO DA PRÁXIS..... | 255 |
| 2. GUERRA E RETOMADA DO IDEALISMO DA PRÁXIS | 258 |
| 3. A DIFÍCIL PASSAGEM DA PRÁXIS À TEORIA..... | 260 |
| 4. A DURA DESCOBERTA DO MERCADO | 265 |
| 5. “CAMPO SOCIALISTA” E “LUTA DE CLASSES”..... | 268 |
| 6. CONTRADIÇÕES DE CLASSE E “NÃO DE CLASSE” | 270 |
| 7. UM INACABADO PROCESSO DE APRENDIZAGEM | 272 |
| | |
| X. A LUTA DE CLASSES NO “FIM DA HISTÓRIA” | 275 |
| 1. “ATÉ QUE ENFIM O COLONIALISMO VOLTOU, ESTAVA NA HORA!” | 275 |
| 2. O RETORNO DA “ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA” | 282 |
| 3. EMANCIPAÇÃO E “DESEMANCIPAÇÃO” | 285 |
| 4. ANTIGA E NOVA ORDEM | 289 |
| 5. IMPASSE DA NOVA ORDEM E RESTAURAÇÃO: 1660, 1814, 1989-1991 | 292 |
| | |
| XI. ENTRE EXORCIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DAS LUTAS DE CLASSES | 297 |
| 1. ARENDT E O “PESADELO” DA LUTA DE CLASSES..... | 297 |
| 2. A REMOÇÃO DO CONFLITO EM HABERMAS | 304 |
| 3. MUDANÇA DE PARADIGMA? | 308 |

| | |
|---|-----|
| 4. A FRAGMENTAÇÃO DAS “LUTAS DE CLASSES” | 312 |
| 5. ENTRE TRADE-UNIONISMO E POPULISMO | 316 |
| 6. AS LUTAS DE EMANCIPAÇÃO ENTRE VITÓRIA MILITAR E DERROTA ECONÔMICA | 320 |
| 7. “ANEXAÇÃO POLÍTICA” E “ANEXAÇÃO ECONÔMICA” | 322 |
| 8. A CHINA E O FIM DA “ÉPOCA COLOMBIANA” | 327 |
| 9. O OCIDENTE, A CHINA E AS DUAS “GRANDES DIVERGÊNCIAS” | 330 |
| 10. A CHINA E A LUTA DE CLASSES..... | 334 |
| XII. A LUTA DE CLASSES ENTRE MARXISMO E POPULISMO | 341 |
| 1. WEIL E A “LUTA DOS QUE OBEDECEM CONTRA OS QUE COMANDAM” | 341 |
| 2. WEIL E A “MENDICIDADE” COMO LUGAR EXCLUSIVO DA VERDADE..... | 347 |
| 3. WEIL E A “PRODUÇÃO MODERNA” COMO LUGAR DA ESCRAVIDÃO | 350 |
| 4. O POPULISMO COMO NOSTALGIA DA “PLENITUDE ORIGINÁRIA” | 354 |
| 5. O POPULISMO DE TRANSFIGURAÇÃO DOS OPRIMIDOS..... | 358 |
| 6. POPULISMO E LEITURA BINÁRIA DO CONFLITO..... | 363 |
| 7. O “CONJUNTO DOS PATRÓES CONTRA O CONJUNTO DOS TRABALHADORES” | 365 |
| 8. “PROIBIDO PROIBIR!” E “REBELAR-SE É JUSTO!” | 370 |
| 9. PARA ALÉM DO POPULISMO | 375 |
| 10. <i>WALL STREET</i> E <i>WAR STREET</i> | 377 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 381 |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO | 393 |

XII

A LUTA DE CLASSES ENTRE MARXISMO E POPULISMO

1. WEIL E A “LUTA DOS QUE OBEDECEM CONTRA OS QUE COMANDAM”

A partir, sobretudo, da crise eclodida em 2008, que muitas vezes é comparada com a Grande Depressão, perderam credibilidade os discursos edificantes no estilo de Arendt e Habermas, os quais contrapõem os milagres respetivamente do desenvolvimento tecnológico e da “pacificação” à luta de classes. Também no plano internacional, o quadro começa a ser mais claro: a grande burguesia promotora e beneficiária da segunda “grande divergência”, que provoca uma polarização sempre mais acentuada no âmbito do Ocidente, segue com crescente alarme a redução da “primeira grande divergência”, da “desigualdade global”, e aparece decidida a contrastá-la recorrendo também a instrumentos extraeconômicos. Essa situação densa de perigos deveria, por outro lado, tornar possível a superação da fragmentação e a revitalização das lutas de classes: por que isso não acontece ou acontece de forma completamente insuficiente? É preciso confrontar-se com uma forma de pensar e de sentir (o populismo) que já mencionei diversas vezes, mas que é necessário examinar mais de perto.

Convém começar com uma filósofa que nesse contexto é particularmente significativa: com formação marxista e estimulada por seu vivo interesse e simpatia em relação à condição operária, colabora com jornais de inspiração socialista ou comunista, de qualquer forma, revolucionária (“*La révolution prolétarienne*”), emprenha-se ativamente no sindicato (e na luta de classe operária), tem experiência de trabalho em algumas fábricas e acaba rompendo com a URSS, inicialmente, e depois com o próprio Marx. Em 1937, Simone Weil – é dela que se trata –, depois de uma premissa na qual afirma que a “luta

de classes” é “uma locução que exigiria não poucos esclarecimentos”, sintetiza nestes termos sua leitura da categoria em questão:

A luta dos que obedecem contra os que comandam, quando o tipo de domínio implica por parte destes últimos a aniquilação da dignidade humana, representa o que de mais legítimo, motivado e autêntico existe no mundo. Essa luta sempre existiu, visto que os que comandam sempre tendem, sem ter necessariamente consciência disso, a passar por cima da dignidade humana dos que estão sob seu poder.¹

Em virtude também da clareza que a distingue, essa formulação pode ser bastante útil para esclarecer, por contraposição, a visão de Marx e Engels. Para Weil, pode-se falar de luta de classes só quando o confrontamento é entre os poderosos e ricos de um lado e os humildes e pobres do outro. Representando a causa da justiça e da emancipação estão sempre e somente os desprovidos de poder e de bens materiais – não existe luta de classes senão a partir da oposição. Se em Marx e Engels a luta de classes é a condição ordinária do processo histórico e social, em Weil ela é um momento moralmente privilegiado na história e na vida dos homens.

A filósofa francesa lê a luta de classes como um imperativo moral, que impõe o término das relações sociais que implicam a “aniquilação da dignidade humana”. Esse significado está claramente presente também nos autores do *Manifesto Comunista*: os “proletários de todos os países” chamados a unir-se na luta são os intérpretes do “imperativo categórico de derrubar todas as relações” que degradam e humilham o homem². Não se deve esquecer, contudo, que a luta de classes é também aquela que visa a perpetuar a exploração e a opressão, é também o massacre com que a classe dominante na França reprime a revolta operária de junho de 1848: a luta de classes concebida como “guerra civil mais ou menos latente”, e segundo o *Manifesto* destinada cedo ou tarde a transformar-se em “aberta revolução”³, chegava ao ponto de ruptura, mas se concluía, provisoriamente, com o triunfo da burguesia. Diversamente de Weil, em Marx e Engels a luta de classes não implica necessariamente um juízo de valor positivo.

¹ Simone Weil, *Oeuvres complètes*, tomo II. *Écrits historiques et politiques* (orgs. A. A. Devaux e F. de Lussy, Paris, Gallimard, 1989-1991), v. 2, p. 124.

² Ver, neste volume, cap. 3, seção 3.

³ MEW, v. 4, p. 473 [ed. bras.: Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto comunista*, 2. ed. rev., Osvaldo Coggiola, trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings, São Paulo, Boitempo, 2010, p. 147].

Mesmo olhando apenas para as lutas de classes emancipadoras, elas não coincidem de forma nenhuma com “a luta dos que obedecem contra os que comandam” de que fala Weil. Da opressão nacional e da “escravidão doméstica” imposta às mulheres não são vítimas somente os membros das classes subalternas e, portanto, os sujeitos das lutas de libertação nacional ou das lutas pela emancipação feminina não são exclusivamente “os que obedecem”.

Concentremo-nos também sobre o conflito entre capital e trabalho. Nesse caso, o esquema de Weil não funciona. Olhemos para as lutas de classes mais duras vividas por Marx e Engels: em junho de 1848, a vitória da burguesia é garantida pelo apoio dos canalhas lumpenproletários, desprovidos de riqueza e de poder, mas inclines a colocarem-se a serviço dos que detêm ambos. No que diz respeito à agitação que originou a regulamentação legislativa do horário de trabalho na Inglaterra, tal reforma constituiu o “resultado de uma luta de quatrocentos anos entre capitalista e trabalhador”, o “o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora”⁴. O conflito às vezes aproximou-se do ponto de ruptura; em alguns momentos, “o antagonismo de classes chegara a um grau de tensão inacreditável”⁵. Todavia, se na França a luta de classes havia provocado a revolução de junho de 1848, na Inglaterra, diante do perigo de uma revolução proletária de baixo, o poder político havia respondido com uma reforma pelo alto. Mas não se tratou apenas de um conflito entre proletários e capitalistas. A pressão para mudança surgiu também nos setores mais esclarecidos das classes dominantes, em um governo não por acaso acusado de jacobinismo por seus adversários⁶.

Nem sequer a Comuna de Paris viu o enfrentamento exclusivo entre “os que obedeciam” e “os que comandavam”. Como diria Marx, nela desenvolveram um papel importante as “memórias nacionais de 1792”, o desdém pelo fato de que a avançada do Exército prussiano não tinha sido adequadamente contrastada pelo governo francês, que, portanto, estava posto no banco dos réus por sua debilidade e sua impotência. Essas memórias e esse sentimento tendiam a ampliar a base social da revolta além das classes populares em sentido estrito⁷.

⁴ Ibidem, v. 23, p. 286, 312 e 316 [ed. bras.: Karl Marx, *O capital*, Livro I, trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2013, p. 343 e 370].

⁵ Ibidem, v. 23, p. 309 [ed. bras.: ibidem, p. 363].

⁶ Ibidem, v. 23, p. 253 e 301 [ed. bras.: ibidem, p. 313 e 356].

⁷ Ver, neste volume, cap. 6, seção 10.

É sobretudo com a crise histórica desenvolvida além do Atlântico que emerge, com particular clareza, a inadequação do esquema tão caro a Weil. Refiro-me à Guerra de Secesão. No campo de batalha, não se enfrentavam poderosos e humildes, ricos e pobres, mas dois exércitos regulares. É por isso também que personalidades e setores significativos do movimento operário e de inspiração mais ou menos socialista olhavam com distanciamento e desprezo para o gigantesco conflito que ocorria nos Estados Unidos, tanto mais que Lincoln declarava, inicialmente, querer liquidar não a escravidão, mas só a secessão. Contudo, Marx apontava no Sul o campeão declarado da causa do trabalho escravista e no Norte o campeão mais ou menos consciente da causa do trabalho “livre”. De maneira absolutamente inesperada, a luta de classes pela emancipação do trabalho adquiria corpo em um exército regular, disciplinado e poderosamente armado. Em 1867, publicando o primeiro livro de *O Capital*, Marx indicava na Guerra de Secesão “o único grandioso acontecimento da história de nossos dias”, com uma formulação que chama à memória a definição da revolta operária de junho 1848 como o “acontecimento mais colossal na história das guerras civis europeias”⁸. Eis as duas etapas cruciais na história da luta de classes do século XIX: as “formas” podiam ser tão “diferentes” que o protagonista do processo de emancipação podia ser constituído pelos operários esfarrapados e famintos de junho de 1848 ou pelo formidável Exército comandado por Lincoln.

É verdade, no curso da marcha rumo ao Sul, o Exército da União via suas fileiras aumentarem através do afluxo de escravos ou ex-escravos que abandonavam seus patrões ou ex-patrões para contribuir à derrota da secessão escravista; sim, tratava-se de um exército apoiado, também de fora dos Estados Unidos, pela simpatia dos operários mais conscientes daquilo que estava em jogo: a liberdade ou a escravidão declarada do trabalho. Todavia, tratava-se de um exército regular, que pela primeira vez na história aplicava sistematicamente a tecnologia industrial às operações militares; de um exército que, bem longe de ser desprovido de poder, exercia-o de forma imperiosa. Enquanto Lincoln, decidido a derrotar o Sul, impunha o serviço militar obrigatório, rebelaram-se e insurgiram os imigrantes pobres, sobretudo irlandeses, de Nova York; eis, então, uma armada que marcha na cidade e esmaga a revolta com mão de ferro⁹. Desde sempre empenhado a favor da luta de libertação do povo irlandês, nesse

⁸ Ver, neste volume, cap. 1, seção 7.

⁹ Domenico Losurdo, *Il revisionismo storico. Problemi e miti* (Roma/Bari, Laterza, 1996), cap. 2, seção 5.

caso, Marx não hesitava em taxá-la de “canalha irlandesa”¹⁰. A classe operária era chamada a identificar-se com o Exército da União, não com os migrantes provindos da ilha oprimida pelo colonialismo britânico; pelo menos nesse caso, os humildes e os pobres eram parte integrante da reação, ao passo que quem promovia de fato a emancipação não eram os que obedeciam, para usar a linguagem de Weil, mas os que comandavam.

Pelos pressupostos teóricos sobre os quais se baseia Weil, compreendem-se claramente suas incertezas e suas oscilações em face das grandes lutas políticas e das lutas de classes do século XX. Um texto, que presumivelmente foi escrito poucos meses depois da chegada de Hitler ao poder, expressa inquietude em relação aos desenvolvimentos que poderiam derivar no plano internacional: “Defender as conquistas de outubro contra o capitalismo estrangeiro constituiria um aspecto da luta entre classes, não da luta entre nações”¹¹. Como vemos, o conflito entre Rússia soviética e Alemanha nazista é subsumido à categoria de luta de classes (entre proletariado e burguesia). Entretanto, um texto coevo chega a conclusões opostas. Ao formular a hipótese de um ataque contra a URSS promovido por “uma fração da burguesia alemã”, a filósofa francesa sente logo a necessidade de especificar: a fração mais agressiva da burguesia alemã cultiva o projeto de ataque “para satisfazer seu apetite imperialista, não já, como acreditam os stalinistas e até mesmo os trotskistas, para aniquilar um inimigo de classe”¹². A categoria de luta de classes poderia fazer sentido na fase imediatamente sucessiva a outubro de 1917, quando os bolcheviques, a ponto de perder o poder também na Rússia, eram ameaçados pelo “chamado bloco antisoviético de todos os Estados capitalistas”. Nessa fase, poderia ainda ter validade, em alguma medida, o esquema da contraposição entre humildes e poderosos, entre os que obedecem e os que comandam, entre pobres e ricos. Mas agora, como demonstra a “aproximação franco-russa”, o poder soviético se consolidou, é um Estado como os outros, “uma potência como as outras”¹³ e não faz sentido falar de luta de classes em relação a um conflito entre poderes constituídos. Sim, o Terceiro Reich pretende submeter a Rússia, mas onde está o conflito entre proletariado e burguesia, onde está a luta de classes?

¹⁰ MEW, v. 15, p. 565.

¹¹ Simone Weil, *Oeuvres complètes*, cit., v. 1, p. 237.

¹² Ibidem, v. 1, p. 258.

¹³ Ibidem, v. 1, p. 312-3 e 258.

Alguns anos depois, eclode a guerra civil na Espanha. Superando perplexidades e hesitações, a filósofa resolve partir para frente de combate em defesa da república. A luta de classes parece voltar – o governo legítimo encarna as razões dos operários e dos camponeses e deve enfrentar a revolta das classes proprietárias que contam com o apoio do possante aparato militar nazista e fascista. Muito rapidamente, porém, surgem o desencanto e a decisão de voltar à França. Isso não é de modo nenhum surpreendente. Afinal, são dois exércitos e dois aparatos de poder que se enfrentam. Além disso, o mesmo horrível “cheiro de guerra civil, de sangue e de terror”, até mesmo de violência sádica, emana de ambos os lados¹⁴. Sobretudo, a guerra civil entrelaça-se agora com uma prova de força no plano internacional: em apoio aos franquistas intervêm a Itália e a Alemanha, enquanto o governo republicano de Madri é apoiado pela União Soviética. Se é difícil diferenciar as opostas frações da guerra civil espanhola, essa operação torna-se impossível em relação ao campo das grandes potências. “Tendo em conta a circulação internacional do capital”, não se comprehendem os “antagonismos entre as nações” e ainda menos “a oposição entre fascismo e comunismo”; “não existem duas nações estruturalmente tão semelhantes entre si como a Alemanha e a Rússia, mesmo que elas se ameacem reciprocamente”¹⁵. Não se pode falar de luta de classes, porque em nenhuma parte se distinguem os humildes, “os que não comandam”.

Na realidade, eis os termos com os quais se exprime um capitão do Exército franquista, Gonzalo de Aguilera:

As massas deste país são [...] animais de carga. Não servem para nada senão como escravos e são felizes só se usadas como escravos [...]. Quando a guerra terminar, destruiremos os esgotos. O melhor sistema de controle dos nascimentos para a Espanha é aquele escolhido por Deus. Os esgotos são um luxo que deve ser reservado para quem é digno deles, para as elites, não para a raça dos escravos.¹⁶

Como sabemos, os capatazes do Terceiro Reich querem reduzir os eslavos à condição de escravos. Olhando para a Espanha e para o conflito internacional, podemos questionar o sentido de pôr no mesmo plano aspirantes escravistas e potenciais escravos. Para falar de luta de classes, Weil busca os humildes, “os

¹⁴ Simone Weil, *Écrits historiques et politiques* (Paris, Gallimard, 1960), p. 221.

¹⁵ Idem, *Oeuvres complètes*, cit., v. 3, p. 52-5.

¹⁶ Paul Preston, *La guerra civile spagnola. 1936-1939* (1986) (Milão, Mondadori, 1999), p. 167.

que não comandam”, e não percebe a massa infinita de escravos ou potenciais escravos que se vislumbra no horizonte – mais uma vez, a floresta não permite perceber as árvores!

2. WEIL E A “MENDICIDADE” COMO LUGAR EXCLUSIVO DA VERDADE

Ainda assim, Weil comprehende imediatamente a mudança do quadro internacional ocorrido com a ascensão de Hitler ao poder: “De um lado, a guerra só faz prolongar essa outra guerra que se chama concorrência e que faz da produção uma simples forma de luta pelo domínio; de outro, toda a vida econômica é atualmente orientada para uma guerra futura”¹⁷. A competição entre grandes potências pela hegemonia não se concluiu em 1918, e ela se desenvolve já no plano econômico antes de alastrar-se nos campos de batalha. É uma situação que pesa duramente sobre as massas populares.

Não é somente a empresa, mas toda espécie de coletividade trabalhadora, seja qual for, que tem necessidade de apertar ao máximo o consumo dos próprios membros para dedicar o maior tempo possível a forjar armas contra as coletividades rivais; de modo que desde que houver na superfície terrestre uma luta pelo poder, e desde que o fator decisivo da vitória for a produção industrial, os trabalhadores serão explorados.¹⁸

No que diz respeito à Rússia soviética, ela corre o risco de tornar-se colônia: “Para se defender, ela deve constantemente aumentar seu aparato de produção e seus armamentos, e isso ao preço de uma submissão total das massas trabalhadoras”¹⁹.

A não ser pelas conclusões, que aparecem completamente incôngruas com as premissas, lendo essas análises pareceria que estamos folheando algumas das resoluções mais maduras da Internacional Comunista: antes ainda da guerra e do massacre, o imperialismo envolve a diminuição do padrão de vida e a intensificação dos ritmos de trabalho e sobre a Rússia soviética faz pesar uma ameaça ainda mais grave. Está em curso, portanto, uma aguda luta de classes que, por um povo que quer escapar da escravidão colonial,

¹⁷ Simone Weil, *Oeuvres complètes*, cit., v. 1, p. 292.

¹⁸ Ibidem, v. 2, p. 32.

¹⁹ Ibidem, v. 1, p. 312.

não pode ser travada senão através do fortalecimento do aparato produtivo e militar. Aos olhos de Weil, o fortalecimento geral do aparato produtivo e militar demonstra que a submissão do trabalhador à exploração e à mais rígida disciplina de fábrica se acentua em todos os países. Sim, em todo lugar o proletariado é “carne de trabalho, antes de ser carne de canhão”. Em todo lugar se apresenta o mesmo desanimador espetáculo: “As massas enganadas, privadas de qualquer controle sobre uma diplomacia que põe em risco sua vida sem que elas o saibam”²⁰. Mesmo querendo diferenciar os diversos países em base à maior ou à menor disponibilidade e prontidão a transformar seus habitantes em “carne de canhão”, permanece o fato de que eles, aos olhos de Weil, são amplamente indistinguíveis em relação ao recurso à “carne de trabalho”. A URSS não constitui uma exceção.

Como o próprio Marx reconheceu, a revolução não se pode fazer simultaneamente em todo lugar e, quando se faz em um país, ela não extingue, mas acentua a necessidade desse país de explorar e oprimir as massas trabalhadoras, já que teme ser mais fraco do que outras nações. Disso a história da Revolução Russa constitui uma dolorosa ilustração.²¹

Estamos falando de um país que se originou de uma revolução que lança um apelo para uma dupla luta de classes: a dos operários ocidentais contra a burguesia capitalista e a dos “escravos das colônias” – assim são definidos – contra as grandes potências colonialistas e escravistas. O empenho da URSS em desenvolver o aparato produtivo e militar para escapar da escravização colonialista pode ser lido como uma política em perfeita coerência com o segundo apelo. Weil, diferentemente, lê isso como a traição do primeiro apelo por parte de um país que, com vista ao desenvolvimento do aparato produtivo e militar, não hesita em “explorar e oprimir as massas trabalhadoras”. Observando com atenção, o objeto de condenação particularmente severa é a corrida contra o tempo para escapar do perigo da escravização colonialista. Por mais paradoxal que seja, é a conclusão obrigada da visão (populista) segundo a qual a única luta de classes digna desse nome é a “luta dos que obedecem contra os que comandam”.

Com a eclosão do conflito mundial, parece verificar-se a virada: o horror da guerra desencadeada por Hitler a leste torna mais clara a natureza do

²⁰ Ibidem, v. 1, p. 238.

²¹ Ibidem, v. 2, p. 32.

nazismo. Refletindo sobre a história do colonialismo, em 1943, Weil chega a esta significativa conclusão:

A colonização tem a mesma legitimidade da análoga pretensão de Hitler sobre a Europa central [...]. O hitlerismo consiste exatamente na aplicação, por parte da Alemanha, dos métodos de conquista e de dominação coloniais ao continente europeu e, mais em geral, aos países de raça branca.²²

Agora de fato são as grandes potências coloniais que se aproximam do Terceiro Reich, não a Rússia soviética: “Para os ingleses que vivem na Índia, para os franceses que vivem na Indochina, o ambiente humano é formado por brancos. Os indígenas são parte da paisagem”²³. É a própria lógica do colonialismo que reduz os povos submetidos “ao estado de matéria humana”; sim, “as populações dos países ocupados não são nada mais do que isso aos olhos dos alemães” e dos japoneses, que são os “imitadores” da Alemanha nazista²⁴. O domínio colonial, e em particular o imposto por Hitler e por seus “imitadores”, envolve uma clara desumanização das vítimas. Se, em base à definição dada pela própria Weil, a luta de classes combate “a aniquilação da dignidade humana”, não há dúvidas de que seja necessário falar de luta de classes em relação à grande guerra patriótica e às outras lutas de libertação que se desenvolveram contra o imperialismo alemão e japonês. Mas a filósofa francesa não deixa essa categoria aflorar: está fora de seu horizonte intelectual a possibilidade de que a luta de classes, em determinadas circunstâncias, pode-se configurar como luta nacional.

Isto é, a virada acontece mais no plano político do que no teórico. Weil não põe mais no mesmo plano os diversos participantes à guerra; ao contrário, queria contribuir à derrota do Terceiro Reich organizando um corpo de enfermeiras que seriam enviadas à frente de guerra e que estariam dispostas a morrer. Leiamos uma carta que foi em algum momento celebrada, mas que em minha opinião parece discutível até no plano moral.

Neste mundo, só os seres que caíram no último grau da humilhação, bem abaixo da mendicidade, não só privados de toda consideração social, mas vistos por

²² Idem, *Écrits historiques et politiques*, cit., p. 367-8.

²³ Ibidem, p. 373-4

²⁴ Ibidem, p. 369-70 e 375.

todos como se fossem desprovidos do primeiro elemento de dignidade humana, a razão; só esses seres, efetivamente, têm a possibilidade de dizer a verdade. Todos os outros mentem.²⁵

Dia 4 de agosto de 1943. Apesar de Stalingrado, Hitler ainda não foi definitivamente derrotado e não renunciou à edificação de seu império continental. Mais do que nunca, ele recorre a práticas genocidas para reduzir os povos da Europa oriental à condição de peles-vermelhas (que devem ser expropriados de suas terras) e de negros (destinados a trabalhar como escravos a serviço da raça dos senhores). Mas a única contradição que parece suscitar o interesse de Weil é aquela que lacera transversalmente todos os países e que contrapõe os indigentes aos que não são indigentes. É o triunfo do populismo independentemente de qualquer concreta análise histórica e política – não tem espaço aqui para a distinção marxiana entre proletário e lumpenproletário –, o lugar da excelência moral é de qualquer forma representado pelos que são privados de poder e riqueza, pelos humildes, aliás, pelos humilhados e pelos mais humilhados de todos. Nesse caso, o populismo funciona como instrumento de fuga das lutas de classes que continuam se alastrando em todo lugar.

3. WEIL E A “PRODUÇÃO MODERNA” COMO LUGAR DA ESCRAVIDÃO

Depois de afirmar que a guerra e seus perigos provocam em todo lugar a intensificação do esforço produtivista, o fortalecimento da estrutura hierárquica e autoritária na fábrica e na sociedade e a exacerbada exploração operária, Weil dá um novo passo: independentemente da situação internacional, mesmo em ausência de conflitos e tensões entre os diversos países, é “o próprio regime da produção moderna, isto é, da grande indústria”, que deve ser posto em discussão. A razão é simples: “Com aquelas penitenciárias industriais que são as grandes fábricas, só se podem fabricar escravos, não trabalhadores livres”²⁶. A eventual derrubada do capitalismo e a eventual nacionalização das empresas não contribuiriam para nenhuma real mudança: “A total subordinação do operário à empresa e aos que a dirigem apoia-se na estrutura da fábrica, não no regime da propriedade”; “a supressão da propriedade privada com certeza não

²⁵ Idem, *Écrits de Londres et dernières lettres* (Paris, Gallimard, 1957), p. 255

²⁶ Idem, *Oeuvres complètes*, cit., v. 2, p. 32 e 104.

seria suficiente para impedir que a fadiga das minas e das fábricas continuasse pesando como uma escravidão sobre os que estão submetidos”²⁷.

Nesse ponto, é inevitável a ruptura com Marx, acusado de ter cultivado uma “religião das forças produtivas” não dessemelhante da burguesa, não dessemelhante da religião “em nome da qual gerações de empresários esmagaram as massas trabalhadoras sem o menor remorso”; para ele, “a tarefa das revoluções consiste essencialmente na emancipação das forças produtivas, não dos homens”²⁸.

Na realidade, observamos que Marx configurou a luta de classes como luta pelo reconhecimento, conduzida contra um sistema político-social que desumaniza e reifica uma massa infinita de indivíduos concretos, e denunciou a produção capitalista como “dilapidadora de *homens*”, responsável por um “desperdício” de *vida humana*, digno de Timur-Tamerlão”, ou melhor, por um “ininterrupto rito sacrificial contra a classe operária”²⁹. Desde que existe o capitalismo, “todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor” mais uma vez individual³⁰. O que foge a Weil é o fato de que, em consequência da unidade entre homem e natureza e do papel decisivo desenvolvido pelo conhecimento no desenvolvimento das forças produtivas, a dilapidação e o desperdício de vidas humanas são ao mesmo tempo a dilapidação e o desperdício de riqueza material. Destruição capitalista das forças produtivas e destruição capitalista dos recursos humanos estão estritamente entrelaçadas, aliás, tornam-se uma única coisa. “A maior força produtiva” é o proletariado, a “própria classe revolucionária”³¹; obrigar os operários a uma morte precoce em consequência da sobrecarga de trabalho e de uma vida de pobreza significa também desgastar a riqueza social. Para dispor de “material humano sempre pronto para ser explorado”, o capitalismo condena “uma parte da classe operária a um ócio forçado”. É o exército industrial de reserva que, com sua concorrência, permite forçar a parte ocupada da classe operária a uma sobrecarga de trabalho³². E, mais uma vez, por um lado tanto o “ócio forçado” como a sobrecarga de trabalho

²⁷ Ibidem, v. 2, p. 33 e 38.

²⁸ Ibidem, v. 2, p. 36 e 34.

²⁹ Ver, neste volume, cap. 3, seção 3 e cap. 1, seção 12.

³⁰ MEW, v. 23, p. 674 [ed. bras.: Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p. 720].

³¹ Ibidem, v. 4, p. 181.

³² Ibidem, v. 23, p. 661 e 665 [ed. bras.: ibidem, p. 707].

comportam a humilhação e a degradação dos indivíduos concretos, dos homens de carne e osso, por outro lado constituem uma dissipação e uma destruição de recursos materiais. Trata-se de um processo que se manifesta em escala ainda mais ampla em ocasião das recorrentes crises de superprodução.

A filósofa francesa reconhece de alguma forma a incongruidade de sua crítica quando observa que “abundam em Marx as fórmulas vigorosas concernentes à submissão do trabalho vivo ao trabalho morto”, dos indivíduos concretos às exigências da acumulação capitalista³³. Efetivamente, a matéria da contenda é outra. Marx historicamente teve razão ao condenar o furor do ludismo contra a fábrica moderna como tal. Em primeiro lugar, ela pode recorrer a trabalhadores livres ou a escravos, como aconteceu na Alemanha hitleriana e em seu império. A derrota infligida ao Terceiro Reich com certeza não significou o fim da fábrica moderna, mas, de qualquer forma, salvou uma massa infinita de homens da escravidão à qual estavam destinados. Em segundo lugar, é evidente que, no âmbito do capitalismo, a luta de classes e a ação política, além de evitar a reintrodução da escravidão, podem melhorar o ambiente de trabalho e reduzir sua carga horária, podem ademais conter e limitar o “despotismo” de que fala o *Manifesto Comunista*. Em terceiro lugar, por mais duro que seja o trabalho no interior da fábrica moderna, ele se torna ainda mais insustentável se, fora do portão, uma condição de miséria e degradação espera o trabalhador, isto é, se o aumento da produtividade, próprio da fábrica moderna, serve exclusivamente para enriquecer um punhado de exploradores. Nos três pontos enumerados, a luta de classes e a ação política são determinantes e podem produzir mudanças radicais. Podemos concluir com Marx: “O uso hodierno das máquinas diz respeito às relações do atual sistema econômico, mas a forma com que as máquinas são empregadas é coisa totalmente diferente das máquinas em si. A poeira permanece poeira independentemente de a usarmos para ferir um homem ou para sarar suas feridas”³⁴. A aquisição de uma consciência de classes madura pressupõe a superação do ludismo: não se trata de combater a máquina e a indústria moderna, mas o uso capitalista de uma e de outra.

Para Weil, o alvo da autêntica luta de classes é constituído pela indústria moderna, que comporta inevitavelmente “a total subordinação do trabalhador”; a luta pela liberdade não pode deixar de visar às “grandes fábricas”, que “só podem fabricar escravos”. Se os seguidores do ludismo aparecem loucos e criminosos do

³³ Simone Weil, *Oeuvres complètes*, cit., v. 2, p. 32-3.

³⁴ MEW, v. 27, p. 456.

ponto de vista de Arendt, porque culpados de obstaculizar a única possível solução da questão social e da miséria, eles tornam-se santos e mártires no calendário das lutas pela liberdade e pela emancipação idealmente elaborado por Weil. Se Arendt foge da luta de classes como de um “pesadelo”, Weil abraça-a calorosamente, mas a interpreta em chave ludista, desviando-a para um objetivo quixotesco.

Criticando Sismondi, Marx observa que é inane querer “manter pela força métodos obsoletos de cultivação da terra” e “banir a ciência da indústria, assim como em seu tempo Platão expulsou os poetas de sua República”: na realidade, “na sociedade está se realizando uma revolução silenciosa, da qual não é possível fugir”³⁵. Em um mundo em que o conhecimento se tornou força produtiva por excelência³⁶, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e dos métodos de produção, que incorporaram em medida sempre maior uma e outra, é um destino do qual só se poderia fugir com a catastrófica mutilação, realizada não se sabe como, das capacidades intelectuais humanas.

É necessário acrescentar que, em um mundo que não é de nenhuma forma unificado e onde, ao contrário, os conflitos internacionais estão muitas vezes na ordem do dia, para um país escassamente desenvolvido abrir mão da indústria moderna significa expor-se a perigos bastante graves. É uma questão realçada pela própria Weil quando analisa a situação internacional entre as duas guerras mundiais. Com certeza, o populista pode ignorar tudo isso e considerar moralmente relevante apenas a contradição no interior de cada país singular entre “os que obedecem” e “os que comandam”. A verdade é que, abdicando da tarefa de promover a indústria moderna e a ciência e a tecnologia e entregando-se de fato à lei e ao domínio do mais forte, um país escassamente desenvolvido assume uma atitude bastante problemática também no plano moral.

Nos anos entre as duas guerras, se por um lado reconhecia o perigo que a Rússia soviética corria de tornar-se colônia, por outro Weil criticava o culto do produtivismo que se afirmou em um país que buscava libertar-se do atraso e da penúria e ao mesmo tempo defender e consolidar sua independência. Ainda hoje, não existe consonância entre populismo e luta que os países menos avançados travam contra a penúria e a dependência neocolonial. Em 2006, o vice-presidente da Bolívia (Garcia Linera) expressou sentimentos bastante difusos na América

³⁵ Ibidem, v. 8, p. 544.

³⁶ Karl Marx, *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie* (Berlim, Dietz, 1953), p. 594 [ed. bras.: *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*, trad. Mario Duayer, São Paulo, Boitempo, 2011, p. 589].

Latina (e no terceiro mundo em geral) quando realçou a necessidade de realizar “o desmantelamento progressivo da dependência econômica colonial” e lançou, então, a palavra de ordem: “industrialização ou morte”³⁷. O lema “Pátria ou morte” que encerrava às vezes os discursos de Fidel Castro³⁸ e os discursos e as cartas de Che Guevara³⁹ passou a entoar: “industrialização ou morte”. A segunda formulação é só um esclarecimento da primeira. Se a primeira expressa a identidade, em uma situação determinada, de “questão social” e “questão nacional” (Marx) ou de “luta de classes” e “luta nacional” (Mao), a segunda formulação expressa a consciência de que a independência política revela-se frágil e até mesmo ilusória se não for sustentada pela independência econômica (e tecnológica), a consciência de que a liquidação da “anexação política” não é por si só a superação da anexação “econômica” (Lenin). E, sem tal superação, o reconhecimento para constituir-se como Estado nacional não é realmente alcançado: as guerras das quais, ainda nos dias atuais, são vítimas os países que não conseguem opor uma real resistência às grandes potências ocidentais demonstram-no.

4. O POPULISMO COMO NOSTALGIA DA “PLENITUDE ORIGINÁRIA”

A crítica implacável da modernidade e da indústria em Weil é a outra face de uma visão do passado carregada de *pietas*. É uma característica do populismo que podemos analisar usando a lição de Marx. Ele traça uma síntese deslumbrante da tragédia da Índia colonizada pela Grã-Bretanha: estamos diante de uma sociedade privada de seu “mundo antigo” sem receber compensação pela “conquista de um mundo novo”⁴⁰. Tal situação provoca um “gênero particular de melancolia”, orientada a transfigurar o passado; daí a difusa tendência na Índia da época de lastimar sociedades ainda que “contaminadas pela divisão em castas e pela escravidão” – nelas o indivíduo está submetido a intransponíveis “normas consuetudinárias”, fechado em um círculo restrito (que aparece como “um destino natural e inevitável”) e, sobretudo no caso do pobre, obrigado a levar uma “vida desprovida de dignidade, estagnante, vegetativa”⁴¹. Todavia, na

³⁷ Pablo Stefanoni, “Bolivia a due dimensioni”, *Il Manifesto*, 22 jul. 2006.

³⁸ Fidel Castro, *Socialismo e comunismo: un processo unico* (Milão, Feltrinelli, 1969), p. 145.

³⁹ Ernesto Guevara, *Scritti, discorsi e diari di guerriglia. 1959-1967* (org. L. Gonzalez, Turim, Einaudi, 1969), p. 1.418-9 e 1.448-54.

⁴⁰ Ver, neste volume, cap. 5, seção 3.

⁴¹ MEW, v. 9, p. 132-3; MEGA-2 I/12, p. 172-3.

ausência de um “mundo novo”, o “mundo antigo”, idealizado e transfigurado em consequência dos sofrimentos do presente e da vagueza da lembrança do passado, continua a ser o objeto de uma lânguida nostalgia.

Não se trata de um fenômeno exclusivo do mundo colonial. Ele se manifesta também na Europa, no meio da Revolução Industrial, que, como diria o *Manifesto Comunista*, “destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas [...] para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do ‘pagamento à vista’ [...], fez da dignidade pessoal um simples valor de troca” e até mesmo “rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias”⁴². Disso deriva – observam os *Grundrisse* – um “completo esvaziamento”, que estimula uma nostalgia por uma “plenitude original” e a “ilusão das ‘relações puramente pessoais’ dos tempos feudais” e do mundo pré-moderno e pré-industrial em geral⁴³.

É nesse contexto que podemos colocar de um lado um movimento de massas como o ludismo e do outro um eminentemente contemporâneo de Marx, criticado por este último pelo fato de que “se refugia muitas vezes no passado, torna-se *laudator temporis acti*”⁴⁴. Refiro-me a Sismondi. Em fuga com a família da França da revolução e, portanto, cético em relação a projetos de radical transformação político-social, sintonizado com os sofrimentos do povo, para evitá-los ou aliviá-los ele parece sugerir a imposição de um freio ao desenvolvimento industrial. É verdade que a seus olhos a introdução de novas e mais poderosas maquinarias envolve um “incremento de produtividade”, mas termina destruindo o precedente equilíbrio, sem que se tenha alguma vantagem real e duradoura com isso. É um quadro desolador: os “velhos teares serão perdidos” e, junto com eles, desaparecerá o mundo dos humildes, que certamente é marcado pela modéstia das condições de vida e até mesmo pela penúria, mas de qualquer forma é rico por sua serenidade e sua dignidade⁴⁵.

Deparamo-nos aqui com a primeira forma de populismo, submetida a uma crítica pungente por Marx: a “plenitude originária” é só um produto

⁴² MEW, v. 4, p. 464-5 [ed. bras.: Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, 2. ed. rev., org. Osvaldo Coggiola, trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings, São Paulo, Boitempo, 2010, p. 42].

⁴³ Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 80-2 [ed. bras.: *Grundrisse*, cit., p. 110-2].

⁴⁴ MEW, v. 26, 3, p. 50.

⁴⁵ Jean-Charles L. Sismonde de Sismondi, *Nuovi principi di economia politica o della ricchezza nei suoi rapporti con la popolazione* (1819; 1827) (org. Piero Barucci, Milão, Isedi, 1975), p. 208-9.

da imaginação e da remoção de aflições e sofrimentos até mais graves do que aqueles dos quais se pretende fugir. Dirigindo o olhar para o passado, não nos deparamos com uma viva espiritualidade, mas com um mundo em que a luta cotidiana pela sobrevivência torna-a até mesmo impossível; não nos deparamos com maior riqueza de relações pessoais e intersubjetivas, mas com uma pobreza decididamente maior; aliás, observando melhor, a figura do sujeito, do indivíduo, ainda não emergiu de fato.

Na medida em que percebe com real afeição os sofrimentos dos humildes acometidos pela Revolução Industrial, essa primeira forma de populismo expressa, ainda que de maneira imatura, um legítimo e sagrado protesto. Mas ela pode assumir uma configuração bastante diferente e instrumental: recorrem a ela os que se propõem neutralizar, amortecer ou desviar o protesto das classes subalternas. Em relação a esse segundo aspecto, talvez ninguém mais do que Marx tenha criticado o tópos que faz, por exemplo, Mandeville dizer que “o maior dos reis” poderia estar com inveja da “encantadora [...] serenidade de espírito” do “mais humilde e ignorante camponês” e da “calma e tranquilidade de seu espírito”⁴⁶. O camponês que vive constantemente no limiar da inanição está assim convidado a se satisfazer com sua condição, aliás, a agarrar-se a ela como a um bem e a um privilégio exclusivo. O mundo “encantador” diante do qual se extasiava aparentemente Mandeville torna-se o “embrutecimento da vida rural” de que fala o *Manifesto Comunista*⁴⁷ e que não promete nada de bom. Mais tarde, Marx explica assim o amplo consenso desfrutado por Luís Napoleão no mundo camponês: até que o “comércio com a sociedade” seja reduzido ao limite, não há “nenhuma riqueza de relações sociais”; tudo isso desarma os camponeses diante das manobras do aventureiro e ditador bonapartista⁴⁸.

E talvez ninguém mais do que Marx seja o oposto de Tocqueville⁴⁹, que assim descreve a condição do pobre no Antigo Regime: caracterizada, como era, por desejos “limitados” e pela tranquila indiferença em relação a “um futuro que não lhe pertencia”, sua sorte “era menos lamentável do que a dos homens do povo atual”; acostumados desde sempre à própria condição, os pobres do

⁴⁶ B. de Mandeville, *The Fable of the Bees* (1705; 1714) (org. F. B. Kaye, Oxford, 1924) (edição fac-símile, Indianápolis, Liberty Classics, 1988), p. 311-6 [ed. it.: *Saggio sulla carità e sulle scuole di carità* (1723), Roma/Bari, Laterza, 1974, p. 116-9].

⁴⁷ MEW, v. 4, p. 466 [ed. bras.: Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto Comunista*, cit., p. 44].

⁴⁸ Ibidem, v. 8, p. 198.

⁴⁹ Alexis Tocqueville, *Oeuvres complètes* (org. J. P. Mayer, Paris, Gallimard, 1951), v. 16, p. 121.

Antigo Regime “desfrutavam de uma espécie de felicidade *vegetativa*, e é difícil para o homem muito civilizado entender a graça de tal situação, assim como é negar sua existência”. Dá o que pensar o termo que evidenciei em itálico: é o termo que, como vimos, foi usado por Marx para etiquetar a “vida desprovida de dignidade, estagnante, *vegetativa*”, própria da sociedade de castas indiana e que, em última análise, é indigna de um ser humano.

É só uma mistificação consolatória a visão presente em Mandeville e Tocqueville, com base na qual a penúria econômica e material caminharia junto com a riqueza espiritual ou, de qualquer forma, com a “serenidade” ou com algum tipo de “felicidade”. Além de a uma diferente e mais justa distribuição da renda, a luta de classes deve visar a superar a miséria material, que é sinônimo também de pobreza de relações sociais e, portanto, de pobreza espiritual, em primeiro lugar por um modo de produção diferente e um desenvolvimento mais acentuado das forças produtivas.

Marx contradiz também outro lugar-comum da retórica própria dessa primeira forma de populismo: ela gosta muitas vezes de contrapor a suave serenidade de uma restrita comunidade de aldeia às agitações do mundo político e da história universal. É uma retórica que na Alemanha se difundiu já desde os tempos da Revolução Francesa e da reação a ela. Na *Estética*, Hegel⁵⁰ observou que, se de um lado pode estimular uma atitude de “obtuso filisteu”, o estreito círculo social próprio de uma pequena aldeia não protege dos “maiores acontecimentos mundiais”, dos grandes tumultos históricos. Marx vai além, como se nota por sua observação segundo a qual é justamente o “idiotismo da vida rural” que constitui o fundamento dessa catástrofe que é o advento do regime bonapartista na França, com seu séquito de implacável ditadura militar no interior do país e de sangrentas aventuras bélicas no exterior.

O populismo não mantém de nenhum modo suas promessas. Todavia, no curso da história acabam reapresentando-se situações que favorecem seu ressurgir. Basta pensar no período entre as duas guerras mundiais, ambas caracterizadas pela aplicação em ampla escala da ciência e da tecnologia para colossais carnificinas. Além disso, é o momento em que à expectativa de crescimento ininterrupto da riqueza social sobrevém a Grande Depressão. A solução que parece perfilar-se é aquela representada pelo “keynesismo” militar, como demonstra em particular o caso da Alemanha hitleriana: o desenvolvimento das

⁵⁰ G. W. F. Hegel, *Werke in zwanzig Bänden* (org. E. Moldenhauer e K. M. Michel, Frankfurt, Suhrkampf, 1969-1979), v. 13, p. 340.

forças produtiva se dá, portanto, em função de uma nova imane destruição de recursos materiais e de vidas humanas. Nesse caldo espiritual, que encontra em Simone Weil sua maior expressão, não podia deixar de reaparecer a nostalgia da mítica “plenitude original”.

Passemos aos dias atuais, ao mundo que sucede à derrota do projeto revolucionário ou, de qualquer forma, ao declínio das expectativas de regeneração total. Quanto mais a grande indústria submeter a seu controle as áreas agrícolas e arruinar o artesanato e a indústria doméstica tradicional e quanto mais fortemente perceberem-se as transformações da globalização, tanto maior se torna o espaço para a nostalgia e a transfiguração das relações sociais que deixamos para trás: pelo menos no passado – assim se argumenta e muitas vezes se devaneia – existiam laços comunitários e valores compartilhados, um mundo ainda não investido pela laceração e pela crise e, portanto, fornecido de significado. Pensem em um autor como Pier Paolo Pasolini⁵¹ e sua denúncia do “genocídio”, cujo responsável seria – não obstante o sensível alongamento da expectativa média de vida – o desenvolvimento industrial e neocapitalista, com sua “supressão de amplas áreas da sociedade”, isto é, de culturas e formas de vida amplamente difusas. A tentação populista torna-se ainda mais forte após o início ou o agravamento da crise ecológica.

5. O POPULISMO DE TRANSFIGURAÇÃO DOS OPRIMIDOS

A essa primeira forma de populismo se liga ou pode-se ligar uma segunda, caracterizada não pela transfiguração do passado como tal, mas pelas vítimas do presente, as quais são representadas e idealizadas como a encarnação da excelência moral. Nesse contexto podemos colocar as celebrações tratadas por Weil dos “seres caídos ao último nível da humilhação, bem abaixo da mendicidade” como os únicos capazes de pronunciar a verdade: eles são estranhos ao luxo, ao artifício, à inautenticidade e, em última análise, à mentira que são próprios das classes abastadas e dominantes; pelo fato de estar tão distantes do poder e do domínio, os mendigos e os humildes representam também a quietude. Essa é a primeira variável da segunda forma de populismo.

Existe uma segunda variável, que aponta como lugar da excelência moral não as classes subalternas ou uma delas em particular, mas este ou aquele povo

⁵¹ Pier Paolo Pasolini, “Il genocidio” (1974), em *Scritti corsari* (3. ed., Milão, Garzanti, 1981), p. 277.

oprimido. No curso do século XX, Gandhi entrelaça a denúncia do domínio colonial inglês e ocidental com a celebração de uma “hinduidade” próxima da natureza, alheia ao luxo e incline à modéstia e à frugalidade, ademais, guardiã de valores morais (começando pela recusa da violência e da lógica da opressão) inatingíveis pelos opressores. Por sua vez, o político e intelectual africano Leopold Senghor eleva um hino à “negritude” (*négritude*) contrapondo-a à funesta cultura do gélido homem branco, que seria desprovido de impulsos de afeição, interessado apenas no cálculo e no pensamento calculista e que não casualmente teria imprimido sobre a história do mundo domínio, destruição e morte⁵².

O populismo de transfiguração dos oprimidos se apresenta finalmente por uma terceira variável, que identifica o lugar de excelência moral não na “mendicidade” celebrada por Weil, tampouco na “hinduidade” ou na “negritude” tão caras respetivamente a Gandhi e a Senghor, mas na “diferença de gênero” e em uma diferente figura social vítima da opressão. Como geradora de vida, é a mulher que agora é mais próxima da natureza e mais distante do artifício e da inautenticidade e que constitui a antítese em relação à cultura da violência e do domínio, encarnada, nesse contexto, pela humanidade masculina.

Durante a luta para libertar-se da autofobia e para sacodir o descrédito aos quais tradicionalmente foram submetidos, muitas vezes, os protagonistas de emancipação social, nacional e sexual tendem a retomar certos estereótipos da cultura conservadora e reacionária, invertendo, porém, o juízo de valor e virando-os contra os opressores. Por séculos, a discriminação contra as classes subalternas, os povos coloniais ou as mulheres foi motivada por sua suposta incapacidade de elevar-se realmente acima do estado de natureza, a argumentar em termos rigorosa e abstratamente lógicos e por sua falta de coragem e de espírito guerreiro, por sua tendência a se deixar guiar pelos sentimentos e pela emotividade. A inversão do juízo de valor não acrescenta credibilidade aos estereótipos tradicionais. Com certeza, essa operação é uma forma de protesto comprehensível e legítima e constitui um momento da luta pela emancipação. Faz-se uso, entretanto, de uma ideologia susceptível de uso também em sentido conservador.

É aquilo que podemos imediatamente perceber em relação à terceira variável do populismo. Em maio de 1846, Marx e Engels sentem-se obrigados a

⁵² Domenico Losurdo, *La non violenza. Una storia fuori dal mito* (Roma, Laterza, 2010), cap. 2, seção 7 e cap. 4, seção 8 [ed. bras.: *A não violência. Uma história fora do mito*, trad. Carlo Alberto Dastoli, Rio de Janeiro, Revan, 2012].

polemizar contra Hermann Kriege. Ele reza um “comunismo” entendido como superação do existente, “reino do ódio” fundado sobre o culto do lucro, da fria insensibilidade às necessidades e às dores do próximo, da opressão. Trata-se, ao contrário, de realizar o “reino do amor” que “foge do tinir do dinheiro” e funda uma comunidade vivificada pelo calor dos sentimentos e do amor ao próximo. Pois bem, só as mulheres – chamadas a “virar as costas à velha política” e a “dar a primeira bênção ao reino da felicidade” – podem ser protagonistas dessa transformação. Os dois filósofos e militantes revolucionários ironizam sobre essa efusão sentimental, cujo único conteúdo é “a hipócrita e confusa *captatio benevolentiae* da mulher”⁵³. A ideologia aqui duramente contestada reapresenta-se, em formas um pouco diferentes, dois anos depois, na obra de um autor (Daumer) que, como vimos, recomendava a quietude e a felicidade da natureza em contraposição ao tumulto e às destruições da revolução de 1848⁵⁴. Em Daumer, o lugar da natureza é tomado às vezes pela mulher.

Natureza e mulher representam aquilo que é verdadeiramente divino [...]. A devoção daquilo que é humano para aquilo que é natural e daquilo que é masculino para aquilo que é feminino constitui a humildade e a dedicação autênticas, as únicas verdadeiras; são a virtude e a *pietas* supremas, aliás, únicas.

Depois de criticar a tendência de Daumer a fugir da “tragédia histórica para a suposta natureza, o estúpido idílio bucólico”, Marx e Engels ironizam também sobre o vínculo entre “culto da natureza” e “culto da mulher” feito pelo mesmo autor; por sua estreita conexão com a reprodução da vida e, portanto, com a natureza, a mulher representaria uma via de fuga da violência que se alastrava no mundo histórico e político. Na realidade, sabemos que a natureza não é sinônimo de paz e conciliação, mas de violentas catástrofes, e em relação ao mundo animal, de guerra de todos contra todos. De qualquer forma, assim como o “idílio bucólico” nada tem a ver com a luta contra a deterioração do meio ambiente, da mesma forma o vínculo entre “culto da natureza” e “culto da mulher” pode constituir uma evasão da luta pela emancipação feminina. Efetivamente, Daumer não só se cala sobre a “atual colocação social das mulheres”, como também insiste no “culto” que lhe é caro para convidá-las a aguentar a subalternidade familiar e civil que lhes

⁵³ MEW, v. 4, p. 4-6.

⁵⁴ Ver, neste volume, cap. 1, seção 11.

é imposta⁵⁵. Poderíamos dizer que a um feminismo entendido como luta de classes pela emancipação, Marx e Engels contrapõem negativamente um feminismo como populismo edificante.

Cerca de um século depois de Kriege e Daumer, em 1938, Virigina Woolf⁵⁶ escreve:

Combater sempre foi um hábito do homem, não da mulher [...]. Em todo o curso da história, contam-se nos dedos da mão os seres humanos assassinados pelo fuzil de uma mulher; e até a grande maioria de pássaros e de animais sempre vocês [machos] os mataram, não nós.

O dado aqui evidenciado é incontestável. O problema é ver se ele remete à natureza do homem e da mulher ou, ao contrário, à divisão social do trabalho historicamente determinada. Para fazer um exemplo, na época de Maomé, as mulheres convertidas à causa do profeta talvez não combatessem, mas não eram de forma alguma estranhas à máquina da guerra. Elas encorajavam os combatentes com seus incitamentos e cantos: “Se avançarem, abraçar-vos-emos/ estenderemos almofadas para vocês;/ se recuarem, abandonar-vos-emos”⁵⁷.

Ainda que de forma menos plástica, uma análoga divisão do trabalho operou também no Ocidente, inclusive nos períodos mais trágicos e mais sangrentos da história. Quando lemos sobre mulheres que, na Grã-Bretanha, ainda antes de 1914, se empenham “a envergonhar namorados, maridos ou filhos que não se alistarem voluntários”⁵⁸, somos levados a pensar nas mulheres, ou seja, nas Graças e nas Musas que encorajam e incitam os guerreiros de Maomé. O papel da mulher no contexto dessa divisão do trabalho, inspirado pela mobilização total e pela exaltação belicista geral, não passa despercebido a Kurt Tucholsky⁵⁹, que em 1927, na Alemanha, lança um duro ato de acusação: “Junto com os pastores evangélicos, esteve em guerra ainda uma espécie humana que nunca cansa de sugar sangue: trata-se de um estrato determinado, de um tipo determinado da

⁵⁵ MEW, v. 7, p. 201-3.

⁵⁶ Virginia Woolf, *The ghinee* (1938) (Milão, Feltrinelli, 1992), p. 25.

⁵⁷ Maxime Rodinson, *Maometto* (1967) (nova ed., Turim, Einaudi, 1995), p. 177 e 180.

⁵⁸ Geoffrey Best, “The Militarization of European Society. 1870-1914”, em John R. Gillis (org.), *The Militarization of Western World* (New Brunswick/Londres, Rutgers, 1989), p. 20.

⁵⁹ Kurt Tucholsky, “Der krieg und die deutsche Frau” (1927), em Kurt Tucholsky, *Gessammelte Werke* (org. M. Gerold Tucholsky e F. J. Raddatz, Hamburgo, Rowohlt, 1985), v. 3, p. 267.

mulher alemã". Enquanto o massacre assume formas sempre mais terríveis, ela sacrifica "filhos e maridos" lamentando o fato de não "ter o suficiente a sacrificar".

Embora não se expresse de forma explícita sobre o tema que estamos discutindo, Marx realça em diversas ocasiões o papel central da divisão do trabalho. *Miséria da filosofia* identifica-se plenamente com a tese de Adam Smith⁶⁰:

A diferença entre os talentos naturais dos homens é efetivamente muito menor daquilo que se pensa, e, em muitos casos, as diversíssimas inclinações que parecem distinguir em idade madura homens de diversas profissões são mais efeito do que causa da divisão do trabalho. A diferença entre dois personagens tão diferentes como um filósofo e um vulgar carregador de rua, por exemplo, parece derivar mais do hábito, do costume e da instrução do que da natureza.

Depois de citar esse trecho, *Miséria da filosofia* parece até mais dura: "A princípio, um carregador difere de um filósofo menos do que um cão de guarda difere de um cão de caça. É a divisão do trabalho que criou um abismo entre um e outro"⁶¹.

Os setores do movimento feminista que consideram a recusa da cultura da morte como algo encarnado na mulher como tal e, para confirmar sua tese, fazem referência ao papel da mulher na reprodução da vida. Entretanto, historicamente, esse papel assumiu algumas vezes um significado contraposto em relação ao que lhe é atribuído. Em Esparta, era justamente a mãe que exortava o filho por ela gerado para ser capaz de enfrentar a morte em batalha: "Volta com teu escudo ou em cima dele", isto é, vitorioso empunhando as armas ou morto como guerreiro valoroso e honrado. Ademais, historicamente aconteceu que, em situações desesperadoras, foram as próprias mães que infligiram a morte aos recém-nascidos, os quais queriam arrancar de um futuro horrível e, de qualquer forma, considerado intolerável – agiram dessa forma as mulheres índias perseguidas pelas infâncias dos conquistadores, as escravas negras ou, ainda antes, na Idade Média, as mulheres judias diante dos cruzados cristãos, decididos a todo custo a convertê-las junto com seus filhos⁶². E de novo quem apagava uma vida era quem a tinha dado à luz.

⁶⁰ Adam Smith, *Indagine sulla natura e le cause della ricchezza delle nazioni* (1775-1776; 1783) (3. ed., Milão, Mondadori, 1977), livro I, cap. 2, p. 19.

⁶¹ MEW, v. 4, p. 146.

⁶² Domenico Losurdo, *Il linguaggio dell'Impero. Lessico dell'ideologia americana* (Roma/Bari, Laterza, 2007), cap. 1, seção 10.

Em todo caso, a tradicional divisão do trabalho já está chegando ao fim, como demonstra também a presença crescente das mulheres nas forças armadas e, às vezes, até mesmo nos corpos de elite. No que diz respeito à visão do mundo, é provável que a distância que separa uma mulher-soldado de um soldado seja menor do que a que separa ambos dos que exercem, por exemplo, uma profissão liberal. É a confirmação, mais uma vez, da tese, de Smith e de Marx, da centralidade da divisão do trabalho e, portanto, aos olhos de Marx, da centralidade da divisão em classes e da luta de classes.

Cada uma dessas três variáveis da segunda forma de populismo obstaculiza ou impede a recomposição da unidade das lutas de classes. É bastante difícil construir um amplo bloco social, necessário para travar a luta pela emancipação das nações oprimidas e da mulher e, na realidade, travar a própria revolução anticapitalista, recorrendo a um discurso que celebra os humildes como encarnação exclusiva da excelência moral. Identificar o lugar da excelência moral nos povos oprimidos, e só neles, torna problemático o apelo à solidariedade das classes subalternas que pertencem às nações que oprimem; se ademais se santifica um povo oprimido específico, torna-se difícil até a solidariedade entre os povos oprimidos. De forma análoga, a transfiguração da mulher como perpétua encarnação da excelência moral corre o risco de provocar uma contradição fundamental e permanente com o sexo masculino, o que enfraqueceria as três formas da luta de classes. É necessário acrescentar que as três variáveis da segunda forma de populismo desviam a atenção da verdadeira causa da exploração, da opressão e da guerra.

6. POPULISMO E LEITURA BINÁRIA DO CONFLITO

Considerados como depositários exclusivos de valores autênticos, os humildes são em toda situação e em toda circunstância os únicos agentes de uma mudança social moralmente significativa e relevante. O populismo entrelaça-se com a leitura binária do conflito social.

Podemos analisar a dialética que preside esse vínculo a partir de Proudhon. Ao realçar as consequências devastadoras para os pobres do roubo da propriedade perpetrado pelo estreito círculo dos ricos, ele etiqueta como “pornocracia” o movimento feminista que move os primeiros passos. O que motiva tal posição não é a sexofobia – tampouco, em primeiro lugar, o culto do poder patriarcal no contexto familiar, embora este último aspecto com certeza não esteja ausente. Mas a verdadeira chave de explicação é outra. No âmbito do movimento

feminista que começa a tomar forma, um papel não desprezável é desenvolvido por mulheres que não são de extração popular. Isso está longe de ser surpreendente. Sabemos por Adam Smith⁶³ que, por serem obrigadas à mais rigorosa poupança e a uma rígida divisão do trabalho também no âmbito familiar, as massas populares expressam em geral uma “moral austera” mesmo em campo sexual, ao passo que a “moral liberal” encontra sua expressão sobretudo entre as classes mais ou menos abastadas; a crítica da “moral austera”, que implica também a consagração do poder patriarcal do homem, tende a encontrar um terreno mais fértil onde se enraíza a “moral liberal”. Os países da Europa ocidental da época veem, assim, desenvolverem-se duas diferentes contradições sociais: além da que contrapõe o proletariado à burguesia capitalista, age a contradição evidenciada pelo movimento feminista. Diversos são os sujeitos desses dois conflitos. Do ponto de vista de Marx, há duas manifestações diferentes das “lutas de classes”, e não é fácil reduzi-las à unidade ou fazê-las confluir em um bloco social e político unitário. Uma mulher burguesa pode muito bem empenhar-se a favor da causa da emancipação feminina, de modo que, no âmbito da contradição homem/mulher, ela faz parte dos oprimidos, enquanto no âmbito da contradição burguesia/proletariado faz parte (por sua colocação social) dos opressores. A denúncia do movimento feminista como pornocracia permite a Proudhon livrar-se desses problemas e consolidar o esquema populista que vê só a contraposição de humildes e poderosos, oprimidos e opressores.

Se, desviando a atenção dos países mais desenvolvidos da Europa ocidental, olharmos para o leste, para a Polônia, percebemos que emerge com força uma terceira contradição, aquela nacional. Sabemos que Marx vê com bons olhos a participação da própria nobreza, ou de seus elementos mais avançados, na luta de libertação nacional (ela mesma uma manifestação da luta de classes, que nesse caso visa em primeiro lugar à aristocracia russa, pilar ao mesmo tempo do Antigo Regime e do expansionismo imperial). Mas não argumenta assim Proudhon, que ironiza e condena as aspirações nacionais dos povos oprimidos como expressão de apego obscurantista a preconceitos obsoletos. Na Polônia, quem participa da luta pela independência e ressurreição nacional é uma frente social bastante ampla, que vai bem além das fileiras dos humildes. A coisa não surpreende, já que quem sofre a opressão é a nação como um todo. Mas isso não constitui uma razão de escândalo para o populista, orientado a pensar que a única

⁶³ Adam Smith, *Indagine sulla natura e le cause della ricchezza delle nazioni*, cit., livro V, cap. 1, parte III, p. 782, art. 3.

contradição é aquela entre pobres e ricos, entre o “povo” humilde e incorrupto de um lado e os grandes e poderosos (burgueses e nobres) do outro. Disso deriva a atitude irrisória e sarcástica que Proudhon assume em relação aos movimentos nacionais. A propriedade é um roubo, é o fio condutor do livro mais célebre do autor francês; uma única linha de demarcação divide a humanidade inteira em proprietários e não proprietários, ladrões e vítimas de roubo, ricos e desamparados; para o populista, trata-se da única contradição realmente relevante. E, assim, o populismo revela um ulterior aspecto: é também uma fuga da complexidade.

7. O “CONJUNTO DOS PATRÓES CONTRA O CONJUNTO DOS TRABALHADORES”

Como sabemos, Proudhon faz apelo ao poder para realizar seus projetos de socorro aos pobres e aos humildes. A leitura binária do conflito não produziu ainda um populismo rigoroso e coerente. Isso vale também em relação à expectativa da “guerra civil mundial”, que por algum tempo se difunde nas fileiras da Terceira Internacional – nesse caso também é evidente a leitura binária do conflito, cuja parte oprimida, porém, é protagonizada por um Estado, ou melhor, por uma grande potência (a Rússia soviética), e partidos fortemente organizados e hierarquizados. No momento em que desaparece o elemento do Estado e do partido, temos por assim dizer o populismo em sua pureza: os protagonistas da luta que se impõe são os desprovidos não só de riqueza, como também de qualquer forma de poder.

No século XX, a partir da instauração do Terceiro Reich, Weil se mostra consciente daquilo que está no horizonte: não só uma guerra expansionista em ampla escala, mas uma guerra que visa a transformar a Rússia soviética em colônia. Múltiplas e explosivas são, então, as contradições que se adensam, mas a filósofa francesa julga moral e politicamente significativa apenas uma delas:

Marx mostrou com força que o modo moderno de produção é definido pela subordinação dos trabalhadores aos instrumentos de trabalho, instrumentos de que dispõem os que não trabalham; e também demonstrou que a concorrência, não conhecendo outra arma além da exploração, transforma-se em uma luta de todo patrão contra seus trabalhadores e, em última análise, *do conjunto dos patrões contra o conjunto dos trabalhadores*.

Da mesma forma, a guerra é definida hoje pela subordinação dos combatentes aos instrumentos de combate; e os armamentos, verdadeiros heróis das guerras